

**RELATÓRIO DA LEI DE ACESSO À
INFORMAÇÃO – LAI
LEI Nº 12.527/11
2018**

EWERTON SCHWAB PINTO JÚNIOR
Ouvidor Judiciário – Titular

ELISABETH LORDES
Ouvidora Judiciária – Suplente

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
4436131012018	08/01/18	10/01/18	Deseja saber a quantidade de processos que estão em trâmite na 4ª Vara Criminal da Comarca de Vila Velha/ES, de acordo com a última inspeção judiciária, sendo que o motivo da obtenção dos dados é tão somente para complementar uma pesquisa científica.	4ª Vara Criminal (Tribunal do Júri) – Vila Velha	2018.00.296.146	22/03/18	N/A	N/A
2552121012018	09/01/18	10/01/18	Solicitou informações sobre quantos internos do sistema prisional do Espírito Santo foram beneficiados com o indulto de Natal nos anos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Refere-se ao dado de cada ano em separado. Também gostaria de saber por quais crimes tais presos foram condenados e quanto tempo de pena haviam cumprido ao serem beneficiados pelo indulto. Solicita que na relação sejam incluídos tanto os condenados ao regime fechado quanto a outros, como semiaberto e aberto.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais – TJES	-	09/02/08	N/A	N/A
3958161212018	12/01/18	12/01/18	Solicita as seguintes informações: 1. O TJ registra o número de recursos interpostos por espécie? Se sim, quantas apelações, embargos infringentes e agravos de instrumento foram interpostos entre dez./2015 a dez./2017? 2. Há registros quanto ao número de acórdãos provenientes de julgamentos unânimes? Se sim, quantos foram registrados entre dez./2015 a dez./2017? 3. O TJ registra o número de acórdãos decorrentes de julgamentos por colegialidade? Se sim, qual o número de julgamentos por colegialidade realizados entre dez./2015 a dez./2017? 4. Já houve ocasião em que a técnica de ampliação da colegialidade determinada pelo art. 942 do CPC/15 teve de ser aplicada no TJ? Se sim, quantas vezes, do período entre março/2016 a dez./2017?	Núcleo de Estatística / Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição	2018.00.296.198	02/04/18	N/A	N/A
357161512018	15/01/18	15/01/18	Solicito informações sobre a criação, data de instalação e o número de varas e câmaras especializadas em recuperação judicial, se houver, e a respectiva norma, para instruir pesquisa relativa ao tema.	Assessoria Especial da Presidência do TJES	2018.00.048.292	09/02/18	N/A	N/A
3648131612018	15/01/18	16/01/18	Solicita os dados sobre o orçamento previsto e executado para capacitação de servidores e magistrados no exercício de 2017	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica	2018.00.066.671	25/01/18	N/A	N/A
3848151812018	18/01/18	19/01/18	Solicita os valores de arrecadação dos cartórios (serventias extrajudiciais) do Espírito Santo, em cada mês do ano de 2017, com taxas de escritura e registro de imóveis. Gostaria de receber o dado dividido por cartório e por mês. Solicita também qual foi o valor arrecadado com as seguintes taxas: FARPEN, FUNEPJ, FADESPES, FUNEMP, FUNCAD ligados aos emolumentos imobiliários, nos cartórios do Espírito Santo em 2017.	Corregedoria-Geral da Justiça	2018.00.066.402// 2018.00.257.890	08/03/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
5646143112018	30/01/18	31/01/18	Solicita as seguintes informações sobre auxílio-moradia: 1- Há algum caso no Estado de algum juiz ou desembargador/juíza ou desembargadora solicitando receber o auxílio sendo que o mesmo já é percebido por seu cônjuge? Se sim, quantos? 2- Há algum pagamento duplo do auxílio-moradia a juiz ou desembargador/juíza ou desembargadora que o cônjuge também perceba o mesmo benefício? 3- O TJ-ES realiza pagamento retroativo de auxílio-moradia? Se sim, a quantos magistrados? Quanto foi gasto em 2017 com o pagamento de retroativos? 4- Atualmente, quantos juizes/as e quantos desembargadores/as recebem o auxílio-moradia no TJ-ES? 5- Em 2017, quanto o órgão gastou apenas com pagamento de auxílio-moradia?	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal – TJES// Seção de Registro Funcional de Magistrado – TJES	2018.00.296.112// 2018.00.134.220	20/04/18	N/A	N/A
394215222018	02/02/18	02/02/18	Solicita informações sobre o trâmite de ações que pleiteiam serviços de saúde, medicamentos, insumos, ou qualquer outro pedido correlato que envolva o tema do direito à saúde, quer ações propostas contra o poder público quer contra entidades privadas, conforme especificações a seguir. Especificações do Pedido de Informação: 1. Solicita-se lista com a numeração padronizada pelo CNJ de todos os processos em tramitação e já concluídos/arquivados junto ao Poder Judiciário deste Estado (incluindo 1ª e 2ª instâncias), desde 1º de janeiro de 2008, cujo assunto ou tema da ação tenha sido indexado, de acordo com o Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas, do Conselho Nacional de Justiça, como: a. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS (9985) > SERVIÇOS (10028) > SAÚDE (10064), ou b. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) > CONTRATOS DE CONSUMO (7771) > PLANOS DE SAÚDE (6233), ou c. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) > CONTRATOS DE CONSUMO (7771) > SEGURO (7621), ou d. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) > CONTRATOS DE CONSUMO (7771) > SERVIÇOS HOSPITALARES (7775). 2. Solicita-se, somada a lista acima, se possível e disponível, a indicação, para cada processo: a. das partes envolvidas; b. do tipo de ação judicial (se processo ordinário, mandado de segurança, etc.); c. da data de distribuição; d. da data e conteúdo do último andamento; e. da localização atual do processo; e f. da comarca/vara em que o processo original foi distribuído (origem)."	Núcleo de Estatística do TJES// Secretaria de Tecnologia da Informação do TJES	2018.00.305.531// 2018.00.182.224	15/03/18	N/A	N/A
10318522018	04/02/18	06/02/18	Solicita informações a respeito dos direitos dos juizes, desembargadores, magistrados em geral: 1- Qual é a quantidade total de juizes (de primeira instância), de desembargadores, ou seja, de magistrados, presentes no Estado? E qual a quantidade de magistrados (juizes e desembargadores) aposentados?	Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretária Geral	2018.00.296.091// 2018.00.173.390	21/06/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
4926161922018	19/02/18	19/02/18	Solicita informar quanto cada juiz (salário) recebeu em 2017, bem como todos os recursos que cada um deles recebeu, além do salário. Solicita que sejam prestadas as seguintes informações para cada benefícios de juiz: o que é e o valor de cada benefício."	TJES	-	19/02/18	Prestada informação de que os dados solicitados encontram-se disponíveis no portal transparência, via e-mail	N/A
30172622018	26/02/18	26/02/18	Solicita o envio das seguintes informações referentes aos últimos 5 anos ? 2016, 2015, 2014, 2013, 2012: 1) Balanço Patrimonial 2) Balanço Financeiro 3) Demonstração das variações Patrimoniais 4) Demonstração dos resultados 5) Receitas por Categorias 6) Despesas por Categorias 7) Pareceres dos tribunais de contas 8) Dados estatísticos das metas estipuladas e realizadas 9) Dados do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus) 10) Gastos com unidades de Controle Interno 11) Gastos com o Conselho Nacional de Justiça"	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária e Secretaria de Controle Interno deste TJES	2018.00.305.488	20/04/18	OBSERVAÇÃO! No que diz respeito a questão nº 07, foi informado ao (a) manifestante que os "Pareceres dos tribunais de contas", se encontram sob a guarda do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) e que esta informação deve ser buscada diretamente no site do TCE/ES, acessando o Diário Oficial de Contas (https://diario.tce.es.gov.br/), onde são publicados os pareceres. A informação também pode ser solicitada por meio do E-SIC da Corte de Contas (https://esic.tce.es.gov.br/site/index.html?ReturnUrl=%2f)	N/A
2753161332018	13/03/18	13/03/18	Solicita nome e e-mail institucional de todos os magistrados que atuam em Varas de Família ou qualquer outra que julguem casos de disputa de guarda no estado do Espírito Santo	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.342.571	29/06/18	N/A	N/A
173615242018	27/03/18	04/04/18	Solicita saber quantos cargos de contador existem no TJ-ES, bem como quantos cargos estão ocupados por efetivos e quantos cargos estão vagos	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.470.593	16/05/18	N/A	N/A
375313542018	04/04/18	06/04/18	Solicita as seguintes informações: A) quantos processos da 2ª Vara Cível de Vitória estavam conclusos no período de 04/07/2016 a 29/07/2016; B) dos processos da 2ª Vara Cível de Vitória que estavam conclusos no período de 04/07/2016 a 29/07/2016, em quantos deles foram prolatadas decisões interlocutórias ou sentenças pelo MM. Juiz de Direito Jaime Ferreira Abreu no referido período; C) quais os números dos processos da 2ª Vara Cível de Vitória nos quais foram proferidas decisões interlocutórias ou sentenças pelo MM. Juiz de Direito Jaime Ferreira Abreu no período de 04/07/2016 a 29/07/2016.	MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Vitória/ES e MM. Juiz da 3ª Vara Cível de Vitória/ES	2018.00.604.125	18/05/18	N/A	N/A
3552141142018	11/04/18	11/04/18	Solicita o número de condenados em 2ª Instância presos no Espírito Santo.	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.00.498.267	25/05/18	N/A	N/A
3743181942018	11/04/18	11/05/18	Solicita acesso às cópias de publicações, referente às várias etapas de classificação do concurso para serventuário da justiça de 1990, bem como as notas aferidas.	Coordenadoria de Recursos Humanos e Corregedoria Geral da Justiça do ES	2018.00.551.096	15/08/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
391191842018	18/04/18	19/04/18	Requer a base digitalizada dos respectivos processos-crime em que há pedido de prisão cautelar por parte do Ministério Público, com o maior histórico possível, até 2018, sendo que as informações deverão conter, no mínimo, os seguintes campos: a) Número, b) Órgão Julgador, c) Tipo de Processo, d) Assunto CNJ, e) Julgador, f) Tipo de decisão, g) Sentença Original, h) Denúncia/Queixa-Crime, i) Atas de Audiência referentes ao Processo Originário, j) Decisões relativas à liberdade do acusado, k) Participação ou não da Defensoria Pública, l) Dados acerca do perfil sócio-econômico do réu, e m) o pedido de prisão elaborado pelo Ministério Público.	Núcleo de Processamento Estatística	2018.00.548.957	20/07/18	N/A	N/A
5153181942018	19/04/18	20/04/18	Solicita em relação a distribuição de processos eletrônicos se o algoritmo de distribuição, tanto para os desembargadores quanto nas comarcas são abertos ao público.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.00.552.968	18/05/18	N/A	N/A
5635142542018	24/04/18	27/04/18	Solicita dados, estatísticas e pesquisas referentes ao aumento da participação da mulher na magistratura nos últimos 10 anos no estado do Espírito Santo.	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.577.692	29/05/18	N/A	N/A
5141121752018	09/05/18	18/05/18	Solicitada as seguintes informações: 1. Quais são as varas especializadas em crimes praticados por organizações criminosas, independentemente do caráter transnacional das infrações, em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e em crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores? 2. Quando cada uma delas foi criada e por qual ato normativo foi atribuída essa competência? 3. Trata-se de competência concorrente ou exclusiva? 4. Qual a jurisdição de cada uma dessas varas? 5. Qual o acervo e a taxa de congestionamento de cada uma dessas varas?"	Núcleo de Processamento Estatística	2018.00.693.368	25/05/18	N/A	N/A
2736132152018	15/05/18	22/05/18	Solicita saber quantos processos (e quais) foram protocolados em primeira instância na cidade de Vitória, solicitando o direito de resposta, entre 11 de novembro de 2015 e 31 de julho de 2017. Solicita ainda ter acesso à íntegra dos acórdãos e das decisões tomadas pelos magistrados.	Núcleo de Processamento Estatística	2018.00.710.912	02/08/18	N/A	N/A
3329122352018	17/05/18	25/05/18	Solicita informações sobre as palestras realizadas pelos desembargados do TJES, nos últimos cinco anos. Solicita informar os seguintes dados, relativos aos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 (até maio): Qual o desembargador que proferiu a palestra (listar por ano)? Qual foi o valor do pagamento (por palestra)? Quem fez o pagamento (o contratante, por palestra)? Quando a palestra foi realizada (dia, mês e ano - por palestra)?	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo	2018.00.726.437	19/06/18	N/A	N/A
5245142952018	22/05/18	29/05/18	Solicita informar quem é o responsável pela Defensoria pública dentro do TJES	-	2018.00.759.583	06/06/18	Foi Informado ao (à) manifestante que o gabinete do Desembargador Ouvidor Ewerton Schwab Pinto Júnior fica no primeiro andar do prédio do Tribunal de Justiça e que os assuntos referentes à Defensoria Pública devem ser obtidos na própria instituição.	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
329132452018	23/05/18	25/05/18	Solicita informar se o Tribunal de Justiça (e o Poder Judiciário como um todo) possui um sistema demonstrativo da ordem de tramitação dos processos e se esta ordem de tramitação é publicada. Além disso, solicita informar se há uma lista publicada de ordem de tramitação de processos.	Secretaria de Tecnologia de Informações	2018.00.733.378	21/06/2018 e 27/06/2018	N/A	N/A
3322132852018	28/05/18	28/05/18	Solicita as informações abaixo sobre os seguintes cargos deste órgão: 1 - Técnico Judiciário - Área Administrativa; 2 - Técnico Judiciário - Área Judiciária; 3 - Analista Judiciário - Área Administrativa; 4 - Analista Judiciário - Área Judiciária; 5 - Analista Judiciário - Área Contabilidade. Informações sobre os cargos acima: A) Qual o numero total de cargos efetivos (ocupados + vagos)? (de cada um) B) Qual o numero de cargos efetivos Ocupados? (de cada um) C) Qual o numero de cargos Vagos? (de cada um)	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.747.389	10/08/18	N/A	N/A
61016762018	05/06/18	07/06/18	Solicita a descrição dos itens específicos componentes das Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs) das Despesas de Pessoal, incluindo Despesas Liquidadas e Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas. Solicita, especificamente, a identificação, de maneira pormenorizada, dos valores integrantes do somatório das destacadas DEAs, em cada ano, com citação da legislação que os ampara, e a descrição de suas características (para cada item componente das DEAs).	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária e Secretaria de Controle Interno deste TJES	2018.00.807.889	21/06/2018 e 27/06/2018	N/A	N/A
58915762018	07/06/18	08/06/18	Solicita informar como é feita a distribuição de processos nos sistemas EJUD, Pje, PROJUDI e SIEP do TJES, bem como como é feita a divisão para tramitação destes processos no TJES, ou seja, quais o processos tramitam no EJUD? E no Projudi? E no Pje? Além disso, solicita informar se todos os processos em trâmite no TJES (1º e 2º Grau, Juizado Especial) tem suas intimações publicadas no DJE e se possuem a ferramenta PUSH. Informar também se existem intimações em processos eletrônicos que não são publicadas no DJE.	Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria Judiciária (Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição)	2018.00.806.231	24/07/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
3055181262018	12/06/18	13/06/18	Solicita os questionamentos abaixo sejam respondidos por pelo menos um servidor de gabinete e um de cartório que trabalhem em locais onde já exista vara especializada em execução de título extrajudicial e/ou em cumprimento de sentença. Melhor se respondido por magistrado.. 1. Vara? 2. Cargo do entrevistado? 3. Qual o ano de instalação da vara? 4. A competência da vara é apenas de execução de título extrajudicial ou também de cumprimento de sentença? 5. Quantos processos possuía a Vara no ano de instalação? 6. Quantos processos possui a Vara atualmente? 7. Quantidade de servidores legalmente previstos para a vara? 8. Quantidade de servidores efetivamente existentes na vara? 9. Tem ato normativo que regulamenta a prática de atos? 10. Principais vantagens na instalação de uma da vara privativa de execuções extrajudiciais? 11. Principais dificuldades enfrentadas com a instalação de uma da vara privativa de execuções extrajudiciais? 12. Qual seria o gargalo da execução na unidade? 13. É possível cumprir os prazos do CPC (cartório e juiz)? 14. Possui informação do tempo médio de tramitação de uma execução na vara?	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.00.836.601	11/07/18	N/A	N/A
5024131362018	12/06/18	13/06/18	Solicita informar se esse Tribunal já firmou algum ato de cooperação judiciária à luz dos arts. 67 a 69 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015). Em caso positivo, solicita sejam indicados os respectivos atos para posterior consulta.	-	2018.00.837.041	21/06/2018 e 26/06/2018	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: “Em análise do preenchimento dos requisitos legais, verifica-se que a manifestante deixou de apresentar número de documento de identificação válido, em desatendimento ao inciso II do artigo 8º da Resolução TJES nº 27/2016, bem como artigo 10 da Lei 12.527/11. Desta feita, OPINA a presente comissão, pela REJEIÇÃO do pedido, ante o não cumprimento de requisito formal”. Posteriormente, o parecer retro foi homologado pelo Desembargador Ouvidor.	N/A
5458171562018	14/06/18	19/06/18	Solicita que seja disponibilizada a íntegra do Convênio de Cessão nº 03/2017 e seus aditivos, caso existam, decorrente do Processo TJES nº 2016.01.574.145, firmado com este Tribunal de Justiça e a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, cujo extrato foi publicado no DIOES em 17/04/2017.	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, Secretaria Geral, Comissão de Segurança Institucional e Assessoria de Segurança Institucional	2018.00.859.206	19/09/18	N/A	N/A
2013132962018	27/06/18	29/06/18	Solicita informar se já há data - ou previsão - para a audiência de escolha das serventias extrajudiciais - presente que o STF liberou.	Coordenadoria de Monitoramento dos Foros Judicial e Extrajudiciais e Assessoria Jurídica da Corregedoria	2018.00.927.124	17/10/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
453082762018	27/06/18	29/06/18	Solicita informar se existe alguma Câmara Privada para promover as audiências de mediação e conciliação ou se estas são realizadas somente pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS)?	-	2018.00.912.996	05/07/18	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: “Em análise do preenchimento dos requisitos legais, verifica-se que o (a) manifestante deixou de apresentar número de documento de identificação válido, em desatendimento ao inciso II do artigo 8º da Resolução TJES nº 27/2016, bem como artigo 10 da Lei 12.527/11. Desta feita, OPINA a presente comissão, pela REJEIÇÃO do pedido, ante o não cumprimento de requisito formal”. Posteriormente, o parecer retro foi homologado pelo Desembargador Ouvidor.	N/A
333592762018	27/06/18	29/06/18	Solicita informar se há alguma previsão para o concurso de servidores	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.913.718	17/08/18	N/A	N/A
24712572018	04/07/18	05/07/18	Solicita informar se o Tribunal de Justiça do Espírito Santo possui Cadastro de Profissionais, conforme disciplinado pela Resolução nº 233/2016 do CNJ, bem como se há intérpretes de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais) cadastrados.	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.00.953.022	06/11/18	N/A	N/A
1934151072018	10/07/18	11/07/18	Solicita informar as datas de ocorrência referentes a todos os homicídios dolosos consumados no Estado do Espírito Santo em 2015, 2016 e 2017 que geraram denúncias criminais em 2015, 2016 e 2017.”	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.00.980.004	24/09/18	N/A	N/A
1215131672018	11/07/18	17/07/18	O manifestante prestou a seguinte informação: “Através de pesquisa eu descobri que há uma ação no Tribunal de Justiça protocolada por empresários da construção civil em 2016 propondo mudanças nas cobranças dos cartórios. Em julho de 2017, o Tribunal publicou um ato normativo que criou uma comissão de três desembargadores para analisar o caso.” Com efeito, solicita saber como anda esse processo, sem informar o número do mesmo.	-	2018.01.009.658	02/08/18	Após duas tentativas de contato pela Ouvidoria Judiciária, a manifestação foi arquivada em razão da inércia do manifestante, posto que, expirado o prazo para que este retornasse o contato e informasse o número do processo objeto de sua manifestação.	N/A
5644131672018	11/07/18	17/07/18	Solicita informação sobre o quantitativo geral de ações de interdição em trâmite até o presente momento.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.010.517	02/08/18	N/A	N/A
5625121372018	12/07/18	13/07/18	Solicita informação acerca da existência ou não de dados acerca da quantidade de pessoas interdadas por sentença/acórdão decorrente deste Tribunal, bem como se há algum serviço/mecanismo de acompanhamento do exercício da curatela.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.000.579	05/09/18	N/A	N/A
4819141672018	12/07/18	17/07/18	Solicita relatório contendo as seguintes informações: -Numero de ações de consumo (Direito do Consumidor) no JEC durante período de 2016,2017.2018 -Numero de acordos homologados neste mesmo período para tais ações -Tipos de problemas enfrentados pelos consumidores e versados por essas ações, por exemplo atrasos de entrega, cobrança indevida, defeitos nos produtos etc. (estatística acerca dos maiores problemas consumeristas abordados no JEC) -Valores das causas e dos acordos, junto com as datas de ajuizamento da ação e a homologação dos acordos	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.011.441	08/08/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
3519131772018	17/07/18	18/07/18	<p>Solicita que as questões abaixo sejam respondidas pelo setor responsável por gerir o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Além disso, solicita informações sobre como a Ouvidoria Judiciária tem operado o referido sistema no atendimento aos seus usuários.</p> <p>- Qual ato normativo regulamentou o processo administrativo eletrônico em sua unidade? - Quais são as atribuições do protocolo em relação ao SEI e como é composta a equipe de trabalho?</p> <p>- O protocolo tem balcão? Recebe petições físicas? Como é feita a digitalização do documento? Utilizam um programa de OCR para posterior pesquisa de conteúdo?</p> <p>- Quais são as classificações processuais?</p> <p>- Todas as classificações processuais são abertas para todos os usuários? E nos casos genéricos, servidores usam adequadamente a classificação? Há possibilidade de correção? Quem pode corrigir?</p> <p>- Todos os tipos documentais também são abertos para todos usarem? Quais são?</p> <p>- Existem fundamentos legais para a restrição de acesso a alguns documentos? Quais são?</p> <p>- Os usuários externos podem criar processos? Como são autuados os pedidos de pagamento das empresas, por exemplo?</p> <p>- E no caso de usuários externos sem vínculo contratual com o tribunal, como nas devoluções de custas, como é feito o peticionamento?</p>	Secretaria de Tecnologia de Informação/ Ouvidoria Judiciária	2018.01.018.402	26/07/18	N/A	N/A
594172072018	20/07/18	23/07/18	<p>- Qual ato normativo regulamentou o processo administrativo eletrônico em sua unidade? - Quais são as atribuições do protocolo em relação ao SEI e como é composta a equipe de trabalho?</p> <p>- O protocolo tem balcão? Recebe petições físicas? Como é feita a digitalização do documento? Utilizam um programa de OCR para posterior pesquisa de conteúdo?</p> <p>- Quais são as classificações processuais?</p> <p>- Todas as classificações processuais são abertas para todos os usuários? E nos casos genéricos, servidores usam adequadamente a classificação? Há possibilidade de correção? Quem pode corrigir?</p> <p>- Todos os tipos documentais também são abertos para todos usarem? Quais são?</p> <p>- Existem fundamentos legais para a restrição de acesso a alguns documentos? Quais são?</p> <p>- Os usuários externos podem criar processos? Como são autuados os pedidos de pagamento das empresas, por exemplo?</p> <p>- E no caso de usuários externos sem vínculo contratual com o tribunal, como nas devoluções de custas, como é feito o peticionamento?</p>	-	2018.01.048.809	26/07/18	<p>Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: “Em análise do preenchimento dos requisitos legais, verifica-se que a manifestante deixou de apresentar número de documento de identificação válido, em atendimento ao inciso II do artigo 8º da Resolução TJES nº 27/2016, bem como artigo 10 da Lei 12.527/11. Desta feita, OPINA a presente comissão, pela juntada à manifestação anterior (nº 3519131772018) e, caso a manifestante não supra o dado faltante, pela REJEIÇÃO do pedido, ante o não cumprimento de requisito formal”.</p> <p>Posteriormente, o parecer retro foi homologado pelo Desembargador Ouvidor.</p>	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
5020152372018	23/07/18	23/07/18	Solicita que sejam prestados os seguintes esclarecimentos: 01 - Os procedimentos para aquisição e emissão dos bilhetes aéreos dessa Instituição estão normatizados (portaria, resolução, etc.)? Em caso positivo, solicita encaminhar cópia do referido documento ou indicar o endereço do website desta Instituição onde o mesmo pode ser consultado. 02 - A aquisição/emissão dos bilhetes aéreos se dá por intermédio de contrato? Em caso afirmativo, solicita encaminhar cópia do referido documento ou indicar o endereço do website desta Instituição onde o mesmo pode ser consultado? 03 - Essa Instituição utiliza algum sistema interno para gerenciamento da aquisição/ emissão de bilhetes aéreos? Em caso afirmativo, solicita informar qual sistema utilizado.	Secretaria de Infraestrutura	2018.01.054.627	07/11/18	N/A	N/A
5443162372018	23/07/18	24/07/18	Solicitamos relação de todos os processos judiciais em trâmite neste Poder Judiciário, em primeira e segunda instância, em que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA/ES, CNPJ: 27.055.235/0001-37, figure como parte, inclusive nos juizados especiais e mandados de segurança.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.056.068	17/08/18	N/A	N/A
4922122672018	25/07/18	27/07/18	Solicito informar se este Poder Judiciário implementou o teletrabalho para os servidores, conforme resolução 227/2016 do CNJ. Caso positivo, solicita informar o ato que o regulamentou, bem como quantos servidores atualmente trabalham pelo regime de teletrabalho e o contato do setor responsável para maiores detalhes.	Secretaria de Gestão de Pessoas	2018.01.073.406	24/09/18	N/A	N/A
3913122772018	26/07/18	27/07/18	Solicita as seguintes informações: (1) Quantos casos de retirada de crianças foram documentados no estado entre 2010 e 2018, entre processos iniciados, em andamento e julgados? (2) Qual a distribuição de casos por município do estado? (3) Quem acionou o Conselho Tutelar? (4) Quais foram as justificativas para o acionamento do Conselho Tutelar e abertura de processo? (5) Quantos casos foram documentados por justificativa? (6) Quantos casos de esterilização de mulheres e quais as justificativas? (7) Quantos casos de recém nascidos encaminhados para abrigo diretamente da maternidade e quais as justificativas?"	Coordenadoria da Infância e da Juventude	2018.01.0081.439	02/08/18	N/A	N/A
42133072018	30/07/18	31/07/18	Solicita informações sobre o cronograma e prazo de implantação e realização das audiências de custódia na Comarca de Linhares-ES, bem como eventuais projetos do TJES de extensão das audiências de custódia a adolescentes apreendidos por (suposto) cometimento de ato infracional neste estado.	Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais – TJES	2018.01.090.317	30/08/18	N/A	N/A
4225133172018	31/07/18	31/07/18	Solicita qual o número de ações de usucapião urbana tramitam no judiciário, bem como a quantidade dessas ações que tramitam em cada comarca.	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.099.140	23/08/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
2231121382018	11/08/18	13/08/18	Solicita informações sobre a venda de férias por magistrados que, em função da alta demanda ou outros motivos, não conseguem gozar dos 60 dias a que têm direito por lei, recebendo assim parte desses dias em valores. O pedido se refere a juizes de primeiro grau e também aos desembargadores. - quanto foi gasto, em reais, em 2017 e 2016 com o pagamento de férias não gozadas pelos magistrados dessa corte (juizes e desembargadores)? - quantos magistrados estão na ativa nesse tribunal hoje? - quantos conseguiram tirar 60 dias de férias em 2016 e 2017? - quantos tiraram 30 dias e receberam em dinheiro o referente aos outros 30 dias?	Coordenadoria de Recursos Humanos e Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	2018.01.172.788	01/04/19	N/A	N/A
5145171382018	13/08/18	14/08/18	Solicitar a seguintes informações do TJES, entre 2013 a 2018: 1. Ano a ano, os totais de denúncias oferecidas, inquéritos instaurados e arquivados decorrentes de crimes dolosos contra a vida de civil praticados em tese por oficiais de Forças Armadas. 2. Ano a ano, os totais de denúncias oferecidas, inquéritos instaurados e arquivados decorrentes de crimes dolosos contra a vida de civil praticados em tese por oficiais da polícia militar. 3. Ano a ano, os totais de denúncias oferecidas, inquéritos instaurados e arquivados decorrentes de lesão corporal e abuso de autoridade praticados em tese por oficiais da polícia militar. 4. Ano a ano, os totais de denúncias oferecidas, inquéritos instaurados e arquivados decorrentes de lesão corporal e abuso de autoridade praticados em tese por oficiais de Forças Armadas.	Secretaria Judiciária	2018.01.180.111	12/11/18	N/A	N/A
32181582018	15/08/18	16/08/18	Solicita dados referentes ao número de cumprimentos de sentença oriundos de Sentença Arbitral cadastrados na Comarca de Vitória nos anos de 2016 e 2017.	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.197.217	06/09/18	N/A	N/A
3226121782018	16/08/18	17/08/18	Solicita informação de quantos divórcios consensuais sem filhos e sem bens foram protocolizados em 2016, perante as varas de família da comarca de Cachoeiro de Itapemirim.	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.206.343	06/09/18	N/A	N/A
462162382018	23/08/18	28/08/18	Solicita relação de processos atribuídos à minha OAB/ES no período de 1991 a 1995, pois, necessita fazer prova de tempo de serviço. OAB ES 4941.	Secretaria de Tecnologia e Informação	2018.01.246.361	21/09/18	N/A	N/A
3346162782018	27/08/18	28/08/18	Solicita informação de como são realizados os procedimentos adotados nas Reclamações de Excesso de Prazo dos processos judiciais. Realiza, ainda, os seguintes questionamentos: Todas são respondidas diretamente pela Ouvidoria, todas são direcionadas ao Juízo para esclarecimentos ou ocorrem ambas as possibilidades? Existem critérios objetivos para o direcionamento das demandas? São utilizadas medidas de tempo para avaliar se a demanda deve ser encaminhada ao Juízo? Se sim, quais medidas de tempo e qual o critério utilizado?	Ouvidor Judiciário	2018.01.264.876	06/09/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)

Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
5132162882018	28/08/18	28/08/18	Solicita informações sobre o número de processo distribuídos em face da empresa Tim Celular S/A - CNPJ: 04.206.050/0044-10 no corrente ano e em 2017.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.273.662	24/09/18	N/A	N/A
5346153082018	29/08/18	30/08/18	Realiza o seguinte questionamento: Após todos processos tramitados, julgados e arquivados, existe algum tramite que pode se fazer para que os mesmos não fiquem mais disponíveis para consulta pública através da internet pelo site?	---	2018.01.289.520	18/09/18	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão: "Às fl. 05, esta Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão verificou que o pedido de acesso à informação não estava suficientemente preciso, razão que solicitou que o manifestante trouxesse maiores esclarecimentos, especialmente para enquadrar o pedido em uma das hipóteses da Lei nº 12.527/2011 e Resolução nº 27/2016. Ocorre que após prestadas as informações complementares, do que pode se extrair das mesmas, é que na verdade o manifestante pretende consulta jurídica sobre a possibilidade de que não aparecer na consulta processual no sítio deste Tribunal de Justiça, informações sobre processo no qual consta como requerido, diante da preocupação de atrapalhar sua vida profissional. Assim, tal questão não encontra amparo na Lei de Acesso à Informação, cabendo o manifestante procurar assistência jurídica especializada sobre o direito ao esquecimento, seus parâmetros e efeitos sobre processos julgados e arquivados. Desta forma, ausente a fundamentação do pedido, com base no art. 4º, art. 6º e art. 7º da Lei 12.527/2011 e do art. 12, II da Resolução nº 27/2016 deste Tribunal de Justiça, OPINO pela cientificação do manifestante quanto a impossibilidade de prestar as informações solicitadas, e, após, seja providenciado o devido arquivamento deste EXPEDIENTE". Posteriormente, o parecer retro foi homologado pelo Desembargador Ouvidor.	
333012492018	03/09/18	08/01/19	Solicita informação do número de adolescentes em internação provisória grávidas, amamentando ou tenham filhos com até 12 ou com deficiência, ou se existe um controle de quantas adolescentes foram liberadas após 14 de fevereiro de 2018, com fundamento na decisão da 2ª Turma do STF.	Seção de Apoio à Coordenadoria das Varas Criminais e das Varas de Execução Penal, Gab. Desembargador - Jorge Henrique Valle dos Santos, Seção de Apoio à Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude	2019.00.012.918	05/02/19	Parecer da Casic, à fl nº 18, "(...) Remetido o expediente à Coordenadoria da Infância e Juventude- CIJES deste Egrégio Tribunal de Justiça, este informou pela impossibilidade de prestar a informação com base no sigilo constantes aos assuntos de interesse de criança e adolescente. Porém, na mesma oportunidade, a MM. Juíza Coordenadora sugeriu que a manifestante solicite diretamente ao IASES, por se tratar de autarquia responsável para fazer a gestão e execução das medidas. Desta feita, diante da resposta, OPINO, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 do Regulamento 027/2016, que seja dado ciência à manifestante e, logo após, seja arquivado o presente expediente." Posteriormente, foi proferida decisão pelo Desembargador Ouvidor determinando o arquivamento da manifestação.	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
4126171892018	18/09/18	21/09/18	Solicita saber se o TJES possui política de comunicação própria ou algum documento semelhante que embase suas ações de comunicação. Se sim, solicita saber como pode ter acesso ao documento em questão. Também solicita saber se o órgão possui Política de Segurança da Informação ou documento semelhante.	Secretária de Tecnologia da Informação e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	2018.01.398.007	09/10/18	N/A	N/A
1410142692018	25/09/18		Solicita as seguintes informações em relação aos gastos com serviços de impressão dessa entidade: 1) Os serviços de impressão são realizados com equipamentos próprios e/ou são terceirizados (ex. locação e outsourcing)? 2) No caso de existir algum tipo de terceirização, cópia do contrato de outsourcing/locação atualmente vigente e o gasto total no período de janeiro a junho de 2018 para essa contratação. 3) No caso de existência de equipamentos próprios, cópia do contrato de manutenção (se houver) e o gasto total no período de janeiro a junho de 2018 para essa contratação.	---	2018.01.443.660	03/10/18	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: “Em análise do preenchimento dos requisitos legais, verifica-se que o requerente deixou de apresentar o nome, em desatendimento ao inciso I do artigo 8º da Resolução TJES nº 27/2016, bem como artigo 10 da Lei 12.527/11. Desta feita, OPINA a presente comissão, pela juntada à manifestação anterior e, caso o manifestante não supra o dado faltante, pela REJEIÇÃO do pedido, ante o não cumprimento de requisito formal”. Posteriormente, o parecer retro foi homologado pelo Desembargador Ouvidor.	N/A
3333142692018	26/09/18	26/09/18	Questiona se há previsão de projetos sociais para instituições sem fins lucrativos para Comarca de Guaçuí?.	---	2018.01.444.484	01/11/18	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: “Desta feita, antes de prosseguir com o expediente, reputo adequada a atuação da ouvidoria judiciária solicitando ao manifestante informações mais precisas, no prazo de 05 dias, quanto ao assunto da informação pretendida, em observância ao artigo 8º, inciso III, da Resolução TJES nº 27/2016” Posteriormente, foi proferida decisão pelo pelo Desembargador Ouvidor determinando o arquivamento da manifestação em face da inércia do manifestante.	N/A
5753132892018	27/09/18	28/09/18	Solicita saber se na proposta orçamentária do TJES para 2019 houve inclusão de reajuste para os servidores e se consta o pagamento para janeiro dos 5% daquele aumento que havia sido parcelado e postergado para 2019	---	2018.01.460.122	---	Arquivada tendo em vista que a manifestação foi autuada em duplicidade com a manifestação nº 3348132892018.	N/A
54271515102018	15/10/18	16/10/18	Requer as seguintes informações: o quantitativo de processos classificados, conforme o Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, nas classes 2, 1106, 1107, 7 e nos assuntos 9597, 4847, 7621, 2477, 6038, no período de 1/1/2016 até 18/10/2018, indicando o nome dos magistrados sentenciadores, , nº processual e nome da parte ré e abarcando todas as comarcas do Estado do Espírito Santo, excluindo ações que tramitem em Juizados Especiais.	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.549.237	18/12/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)

Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
			Solicita que as informações abaixo sejam prestadas, considerando como área de abrangência o Estado do Espírito Santo e como lapso temporal o período de 2014 a 2018: feitos em andamento cível; feitos em andamento criminal; feitos em andamento infância; feitos em andamento execução fiscal; feitos em andamento juizado especial cível; feitos em andamento juizado criminal; feitos em andamento juizado fazenda pública do Estado do Espírito Santo; feitos distribuídos cível; feitos distribuídos criminal; feitos distribuídos infância; feitos distribuídos execução fiscal; feitos distribuídos juizado especial cível; feitos distribuídos juizado criminal; feitos distribuídos juizado fazenda pública do Estado do Espírito Santo; audiências realizadas cível; audiências realizadas criminal; audiências realizadas infância; audiências realizadas execução fiscal; audiências realizadas juizado especial cível; audiências realizadas juizado criminal; audiências realizadas juizado fazenda pública do Estado do Espírito Santo; sentenças proferidas ou registradas cível; sentenças proferidas ou registradas criminal; sentenças proferidas ou registradas infância; sentenças proferidas ou registradas execução fiscal; sentenças proferidas ou registradas juizado especial cível; sentenças proferidas ou registradas juizado criminal; sentenças proferidas ou registradas juizado fazenda pública do Estado do Espírito Santo; acordos extrajudiciais do Estado do Espírito Santo; acordos CEJUSC (pré-processual e pós-processual);	Núcleo de Processamento Estatística	2018.01.567.515	12/11/18	N/A	N/A
40261219102018	17/10/18	19/10/18	Solicita informar a quantidade de processos de Recuperação Judicial, bem como a quantidade de processos de falência, que foram distribuídos para a Comarca de Vitória - 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência nos anos de 2017 e 2018.	Núcleo de Processamento Estatística	2018.01.576.717	12/12/18	N/A	N/A
58441222102018	22/10/18	23/10/18	Solicita informar o número de pedidos para levantar o sobrestamento de recursos especiais e extraordinários (na forma do art. 1.037, §9º do CPC/15), bem como o número desses processos em que houve o pedido de prosseguimento com base em distinção, para fins de consulta das decisões.	-	2018.01.584.423	09/01/19	Após duas tentativas de contato pela Ouvidoria Judiciária, a manifestação foi arquivada em razão da inércia do manifestante, posto que, expirado o prazo para que este retornasse o contato e informasse o lapso temporal referente à informação requerida na manifestação.	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
49451523102018	23/10/18	23/10/18	Solicita as seguintes informações/documentos em relação aos gastos com serviços de impressão dessa entidade: 1) Os serviços de impressão são realizados com equipamentos próprios e/ou são terceirizados (ex. locação e outsourcing)? 2) No caso de existir algum tipo de terceirização, cópia do contrato de outsourcing/locação atualmente vigente e o gasto total no período de janeiro a junho de 2018 para essa contratação. 3) No caso de existência de equipamentos próprios, cópia do contrato de manutenção (se houver) e o gasto total no período de janeiro a junho de 2018 para essa contratação.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.598.356	18/01/19	N/A	N/A
47121631102018	31/10/18	01/11/18	Solicita informar se a atuação deste Poder Judiciário está em conformidade com as diretrizes da Nota Técnica Conjunta nº 01/2016 de 10 de maio de 2016 do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Saúde sobre Diretrizes, Fluxos e Fluxograma para a Atenção Integral às Mulheres e Adolescentes em Situação de Rua e/ou Usuárias de Álcool e/ou Crack e/ou outras drogas e seus Filhos Recém Nascidos? (disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf). Mais No intuito de especificar a demanda anterior, informo que gostaria de saber se o presente Tribunal pautar suas decisões com base nas as diretrizes e nas sugestões de fluxos de atenção das mulheres em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e aos seus(suas) filhos(as) recém-nascidos(as). Mais especificamente, se na análise acerca da necessidade ou não de retirada da criança de seus genitores são levadas em consideração as diretrizes da referente nota.	Coordenadoria da Infância e da Juventude	2018.01.648.053	27/11/18	N/A	N/A
1251120112018	19/11/18	20/11/18	Solicita informar o número de habeas data impetrados anualmente do período de 2010 a 2018	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.735.902	12/12/18	N/A	N/A
7261620112018	20/11/18	20/11/18	Solicita acesso aos seguintes dados: 1) Lista com todas as atas de registro de preços e todos os contratos firmados entre o TJ/ES e as empresas APPROACH TECNOLOGIA LTDA (CNPJ 24.376.542/0001-21), TELTEX TECNOLOGIA S/A (CNPJ 73.442.360/0001-17) e TELTEX TECNOLOGIA S/A (CNPJ 73.442.360/0003-89), no período de 01/01/2016 até a data de hoje. 2) No caso das atas de registro de preços, lista com todos os órgãos e entidades que realizaram adesão à referida ata. 3) Lista com todos os pagamentos realizados pelo TJ/ES, em favor das empresas citadas no item 1, no período de 01/01/2016 até a data de hoje, informando valor, data de liquidação, data de pagamento, a fonte pagadora e, se possível, o contrato e a nota de empenho a que está vinculado o pagamento.	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	2018.01.741.793	03/12/18	N/A	N/A

Pedidos de Acesso à Informação Registrados na Ouvidoria Judiciária – Lei 12.527/2011 (referente ao ano de 2018)								
Nº da Manifestação	Data de registro	Data de encaminhamento	Síntese	Destino	Protocolo TJES	Data de fornecimento das informações	Amparo / justificativa para negativa de acesso / Status	Eventuais recursos apresentados / Status
5228157122018	07/12/18	07/12/18	Solicita a relação de todos os códigos de 'Origem' que formam a numeração única de vosso Tribunal de Justiça, na forma implementada pela Resolução 65/2008 do Conselho Nacional de Justiça.	Secretaria de Tecnologia da Informação	2018.01.845.222	01/02/19	N/A	N/A
1331512122018	11/12/18	13/12/18	Solicita informar quantas mulheres (com os requisitos de serem gestantes ou mães de crianças até 12 anos e/ou com deficiência) obtiveram a mudança de regime de prisão de preventiva para domiciliar, durante os anos de 2017 e 2018 (julgamento do STF no Habeas Corpus nº 143.641SP)	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.869.621	13/02/19	N/A	N/A
17301312122018	12/12/18	13/12/18	Solicita as seguintes informações: a) Número total de Divórcios litigiosos e consensuais finalizados em primeira instância por Comarcas do PJES nos anos de 2014 a 2018; b) Número total de dissoluções de uniões estáveis finalizados em primeira instância por Comarcas do PJES nos anos de 2014 a 2018	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.867.061	---	Parecer da Comissão de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – CASIC: "Desta feita, reputo necessária a atuação da ouvidoria judiciária solicitando ao manifestante informações mais precisas quanto ao assunto da informação pretendida, em observância ao artigo 8º, inciso III, da Resolução TJES nº 27/2016". Ao ser contatado, o autor da Manifestação desistiu do pedido.	N/A
40471512122018	12/12/18	13/12/18	Solicita informar a quantidade de processos de Recuperação Judicial e Falência que foram distribuídos nos anos de 2017 e 2018 em todas as comarcas do ES, excluindo a 13ª Vara de Vitória, considerando as seguintes classes e assuntos: 108- Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; 4993- Recuperação judicial e Falência; 4998 – Autofalência; 9556- Convolação de recuperação judicial; em falência	Núcleo de Processamento de Estatística	2018.01.870.910	29/01/19	N/A	N/A
OBS1:	Pesquisa realizada através de contagem manual de dados mostrados na tela do Programa Dumbo, ante a ausência de ferramenta de emissão de relatórios.							
OBS2:	Relatório atualizado em 01/04/2019 às 14h13min.							